

A UNIVERSIDADE COMO CENTRO DE CULTURA NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS

THE UNIVERSITY AS A CULTURE CENTER IN PROFESSIONAL TRAINING

Daniella Basso Batista Pinto*

RESUMO

O presente artigo resgata um breve histórico da origem das Universidades do Brasil e a importância da cultura na formação dos profissionais nas Instituições de Ensino Superior, levando-os à produção de novos conhecimentos por meio do ensino e da pesquisa. Nesse sentido, apresentamos uma preocupação em buscar o ensino universitário como unidade, uma visão de conjunto de formação e pesquisa, contemplando, nos currículos dos cursos de graduação, o diálogo interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar.

Palavras-chave: Origem das Universidades. Centros de Cultura. Formação de Profissionais. Ensino e Pesquisa.

ABSTRACT

This article presents a brief history of the origin of the Brazilian Universities and the importance of culture in the training of professionals in Higher Education Institutions, leading them to the production of new knowledge through teaching and research. In this sense, we present a concern to seek university teaching as a unit, an overview of training and research, contemplating, in the curricula of undergraduate courses, interdisciplinary, transdisciplinary and multidisciplinary dialogue.

Keywords: Origin of Universities. Cultural Centers. Training of Professionals. Teaching and research.

Breve histórico da origem das Universidades do Brasil

Ao falarmos sobre a história da Universidade no Brasil, é relevante destacar

* Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1997), Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2009) e Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2013). Atualmente realiza Pós-Doutorado no Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Professora Universitária de cursos de graduação e pós-graduação. Coordenadora Pedagógica da Educação Básica. Psicopedagoga e Especialista em MBA - Gestão Educacional. Tem experiência na área de Educação e Direito, com ênfase em Metodologia Científica, Ensino-Aprendizagem, Linguagem Jurídica, atuando principalmente nos seguintes temas: Didática, Formação de Professores, Iniciação Científica, Teoria e Prática, Mediação Pedagógica, Currículo, Avaliação, Interdisciplinaridade. É colaboradora e membro de Comissão Científica de Revistas e Congressos. É autora, organizadora, revisora e tradutora de livros. daniellabasso@gmail.com; daniellapinto@usp.br

primeiramente que a consolidação da ideia de Universidade se deu na Europa, na Idade Média. As Universidades surgiram de um núcleo de estudos fundado por autoridades reais e papais, sendo estruturadas por meio dos *studia generalia*. Segundo um autor da área, Wanderley (2003, p. 15-16), os “*studia generalia* foram os lugares frequentados por estudantes vindos de todas as partes [...] e os mais conhecidos destacaram-se os de Paris, Bolonha, Nápoles, Oxford”.

As Universidades europeias surgiram, então, dos estudos e escolas localizadas nos mosteiros e catedrais e a comunidade de alunos e professores (chamados de mestres na época medieval) chamava-se *Universitas* que, com o tempo, recebeu o nome Universidade e a palavra *Studium* que, na época, designava-se Instituição, atualmente se refere a uma faculdade.

Em relação aos significados dos termos *Universitas* e *Studium Generale*, Janotti (1992, p. 22-23) comenta em seus escritos que:

É necessário observar que na Idade Média o termo que mais tecnicamente correspondia à Universidade como Instituição de cultura medieval não era *universitas* e sim *studium generale*. *Universitas* significava apenas um número, uma pluralidade, um conjunto de pessoas; num sentido mais técnico, significava também uma corporação legal ou pessoa jurídica, encontrando equivalência no termo *collegium* do direito romano. No fim do século XII e começo do XIII *universitas* é aplicada para designar as corporações tanto de professores quanto de estudantes (mas continua, e por muito tempo, a ser aplicada a outras corporações, como, por exemplo, de comerciantes, de artífices etc.), e nesse sentido escolástico “era simplesmente uma espécie particular de corporação – uma associação de pessoas, exercendo uma ocupação comum para a regulamentação do seu ofício e a proteção dos seus direitos contra o mundo exterior”. Daí o termo, a princípio, nunca ser usado absolutamente: a expressão era sempre “Universidade de Estudantes”, “Universidade de Mestres e Estudantes”, “Universidade de Estudo”.

Studium generale era o termo que mais proximamente correspondia à noção de Universidade como Instituição distinta de uma mera escola, seminário ou estabelecimento educacional privado: mas ele significava, a princípio, não o lugar onde todos os assuntos eram ensinados e sim o lugar onde estudantes de todas as partes eram recebidos. A partir do começo do século XIII o termo *studium generale* vai se tornando comum e, no conjunto, segundo Rashdall, ele parece indicar três características: 1. escola que atraía estudantes de todas as partes e não apenas de uma região particular; 2. que era um local de educação superior: isto é, pelo menos uma das faculdades superiores (teologia, direito, medicina) ali era ensinada; 3. os assuntos eram ensinados por um número considerável de professores.

Wanderley (2003, p. 16) nos apresenta uma lista de algumas Universidades que surgiram primeiramente. São elas: “Bolonha (1108), Paris (1211), Pádua (1222), Nápoles

(1224), Salamanca (1243), Oxford (1249), Cambridge (1284), Coimbra (1290), Praga (1348), Viena (1365), Heidelberg (1386), Leipzig (1409), Tübingen (1477), Lovaina (1425), Barcelona (1450), Basileia (1460), Upsala (1477), Leiden (1575), Edimburgo (1583), Gottingen (1737), Moscou (1755), São Petersburgo (1789), Londres (1836)”.
E comenta das características das universidades medievais, apontando os aspectos no que diz respeito ao “caráter conservador [...], os cursos longos de teologia, o regime de internato, as aulas orais, a defesa de tese ao final dos estudos” (WANDERLEY, 2003, p. 17). Além do saber como um fim em si mesmo, tornando-o desinteressado.

Importante relatar aqui que diversas condições urbanas levaram ao nascimento das universidades, pois com o crescimento das cidades e o aparecimento da burguesia, as relações de contato com diferentes civilizações e suas culturas permitiram que as Universidades surgissem.

Acreditamos, agora, então, poder afirmar que, assim como houve uma relação renascimento urbano-Universidade, houve também outra relação: renascimento intelectual do século XII-Universidade. [...] A origem das universidades medievais, pela sua estreita vinculação, tanto com uma condição social, quanto com uma condição cultural, respectivamente, renascimento urbano e renascimento intelectual do século XII, bem demonstra como a organização escolar está intimamente ligada ao contexto geral da civilização. Dessa forma, correspondente a uma realidade sociocultural, existe, como vínculo da mesma no campo do ensino, aquilo que poderíamos chamar de realidade pedagógica (JANOTTI, 1992, p. 108).

Nesse sentido, as Universidades começaram a ser reconhecidas em seu papel de formadora de profissionais, levando-os à produção de novos conhecimentos por meio do ensino e da pesquisa. Essa integração entre ensino e pesquisa se deu com o nascimento da Universidade de Berlim, em 1810 que, segundo Wanderley (2003, p. 18), com isso “as universidades tiveram que se adequar aos processos de desenvolvimento econômico e social, segundo as características peculiares de cada nação”. E complementa suas ideias dizendo que as universidades, aos poucos, se transformaram num lugar para o exercício das profissões, por meio do reconhecimento de títulos e diplomas conferidos por órgãos de classe e governamentais.

Diante disso, é significativo apresentar um breve registro sobre a Universidade de Berlim, a qual possui uma cultura humanística, além do viés interdisciplinar, favorecendo a liberdade de ensino e pesquisa aos alunos.

A Universidade Humboldt de Berlim foi fundada em 1810 pelo reformador do sistema de educação e linguista liberal prussiano Wilhelm Von Humboldt. É a

universidade mais antiga de Berlim. A universidade oferece aos seus quase 40.000 estudantes mais de 160 cursos ministrados por cerca de 450 catedráticos e mais de 2.600 docentes organizados em 11 faculdades. Apesar da sua história relativamente curta, a universidade passou por momentos políticos muito turbulentos. Não apenas forneceu o modelo de «universidade moderna», combinando ensino e investigação numa tradição humanística, mas contribuiu também grandemente para o progresso científico, atraindo pensadores importantes. A universidade tem nos seus anais 29 laureados Nobel, em particular em Química, Física e Medicina. Entre eles encontram-se Max Planck, Albert Einstein, Werner Heisenberg e Erwin Schrodinger. Além disso, foi igualmente anfitriã dos filósofos Fichte, Hegel e Schopenhauer, de Karl Marx e de Friedrich Engels, bem como dos gigantes políticos Otto Von Bismark e Robert Schuman, o unificador da Europa¹.

A Universidade possui um Instituto de Investigação Jurídico Interdisciplinar - Law & Society Institute de Berlim (Berlin LSI) onde as pessoas independentemente de sua situação acadêmica e sua origem disciplinar refletem juntas sobre a lei. Os alunos do Direito, Ciências Sociais, Humanas e Estudos Culturais, que estão dispostos a colocar a sua própria perspectiva disciplinar em questão, é o reflexo do acesso legal como um fenômeno social a diferentes teorias e metodologias².

A Universidade de Berlim possui uma Associação de Direito e Sociedade que foi fundada em 1976 por um número de professores que queriam melhorar a formação das Ciências Sociais para o Judiciário. Ele foi renomeado em 2010. Essa associação promove a cooperação entre as Ciências Sociais e o Direito, a integração do conhecimento científico social e métodos em direito, a teoria jurídica e a prática jurídica, bem como uma compreensão das questões jurídicas nas Ciências Sociais³.

Outras Universidades que merecem destaque é a Universidade de Bolonha e a de Paris, dentre as mais antigas Universidades que serviram de modelo para as demais universidades medievais que surgiram entre os séculos XIII e XV.

A Universidade de Bolonha tem origens muito antigas, que veem isso como a primeira universidade do mundo ocidental. Sua história se confunde com a dos grandes pensadores no campo da ciência e letras, e referência no panorama da cultura europeia. Na Universidade de Bolonha, os estudantes agrupavam-se em grandes nações, os

1 http://ec.europa.eu/education/erasmus/documents/success/berlin_pt.pdf.

2 <http://www.hu-berlin.de/>.

3 http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/pr/DZBrasiliaArtigos/Antigos/Educacao/190510_unihumboldt.html?archive=3214656.

citramontanos (italianos) e os ultramontanos (não italianos). Nesse sentido é que essa Universidade ficou conhecida como a “Universidade dos estudantes”. Um ponto marcante desta, são as humanidades que se fazem presentes no ensino e na pesquisa, sendo o ensino de Direito como “disciplina mestra”⁴.

Paris 1 Universidade é herdeira da Sorbonne e da Faculdade de Direito e Economia, em Paris. Seu nome simboliza Panthéon-Sorbonne, agora abriga cerca de 40.000 alunos divididos em 14 Unidades e Formação Pesquisa e 5 institutos. Oferece uma gama completa de excelência educacional no campo de Ciências Jurídicas e Políticas, Economia e Gestão e das Artes e Humanidades.

Localizada no coração do Quartier Latin, em um dos campus mais ilustres do mundo que ocupa, com outras universidades, edifícios de prestígio: a Sorbonne, o Panteão, Faculdade de Direito, Instituto de Geografia e do Instituto de Arte e Arqueologia. Reorganizada em 1971, em um projeto que combina modernidade e fidelidade à sua história, Paris 1 foi construída em um esquema envolvendo multidisciplinar e inovador, Humanidades, Direito e Economia. A formação tradicional do mais famoso da História, Geografia, Filosofia, História, Arte, Economia, Direito e Ciências Políticas, foram gradualmente adicionadas novas disciplinas: Artes Visuais, Matemática aplicada às Ciências Sociais, Gestão de Empresas de formação, de emprego em Turismo, Cultura e Comunicação, etc. Paris 1 abriga uma das participações mais prestigiadas e importantes na França, através de mais de 50 bibliotecas centros e documentação. No coração de uma densa rede de relações internacionais, que abrange os cinco continentes, a Universidade tem um papel importante na formação de pesquisadores, professores, juízes, advogados, executivos e a administração da França. Desenvolvimento da investigação e formação em muitas áreas da Europa e as Relações Internacionais, Gestão, Técnicas de Comunicação, constituem um dos principais centros europeus de pesquisa e conhecimento do século XXI.

A partir de 1970, a Universidade de Paris foi dividida em 13 universidades autônomas e financiadas pelo Estado, localizadas principalmente em Paris (Paris I a XIII)⁵.

Sendo assim, podemos afirmar que ao desempenhar a função de formadora de profissionais, por meio do ensino e da pesquisa para a construção de novos conhecimentos

⁴ <http://www.unibo.it/Portale/Ateneo/La+nostra+storia/default.htm>.

⁵ <http://www.univ-paris1.fr/universite/presentation/>.

científicos, as universidades são consideradas como centro de cultura.

Vários modelos do exterior influenciaram a América Latina. Foi o caso do sistema universitário da Espanha, no século XVI, nas Universidades do México, Cuba, Peru, Argentina, dentre outras; no Brasil, inclusive, com a criação da primeira Universidade no Rio de Janeiro, em 1920, porém não sendo concretizada. A influência também se deu pelo modelo francês, em 1806, com a criação de faculdades independentes, diplomas e títulos reconhecidos pelo governo. E, por volta de 1968, o Brasil estabeleceu o sistema norte-americano.

Com isso, podemos dizer que com todos os modelos universitários implantados em nossas Universidades e Institutos de Ensino Superior no Brasil, se restringiam em copiar o que se produzia nessas Universidades do exterior, porém, inadequados para nossa realidade, sendo o país dependente culturalmente, sem autonomia.

Wanderley (2003, p. 34) nos ajuda a refletir sobre essa questão, afirmando que:
No Brasil, a dependência cultural perpassa toda a história do ensino superior, desde o período colonial em que tudo se resumia em copiar o que se produzia nas universidades europeias, passando pelas ideias liberais e positivistas que formaram a ideologia de muitos estudantes e professores e que influenciaram os setores progressistas das classes dominantes e médias. As escolas superiores livres transferiram modelos didáticos estrangeiros. As instituições católicas seguiam orientações doutrinárias do exterior. Os livros-texto eram de autores e métodos utilizados em outros países, sem a necessária correspondência com a nossa realidade. E houve a influência do modelo norte-americano, que marcou decisivamente a reforma universitária estabelecida depois de 1964. O que se pode afirmar é que, em nossa tradição universitária, como nos demais espaços intelectuais, sempre houve um predomínio dos modelos e soluções importados, inadequados a nossa realidade. Mas a importação e a dependência não estão isentas de contradições e sua assimilação se dá com avanços e recuos, progressos e retrocessos, servindo ora para conservar, ora para mudar. A história da cultura brasileira exemplifica como se deu essa assimilação da cultura universal em suas várias dimensões, pelos grupos e classes sociais brasileiros, ou de modo passivo e de cópia pura e simples, ou de modo crítico e transformador.

Ainda, em relação à integração da Universidade com a cultura universal, Wanderley (2003, p. 36) relata aspectos de significativa importância ao afirmar que a cultura nacional não deve se limitar a um país apenas, devendo-se haver um diálogo com as demais culturas, porém não sendo dependentes.

Uma universidade que não objetive se dedicar exclusivamente à formação de profissionais para o mercado de trabalho, mas que queira educar, não pode ficar circunscrita à realidade de uma só cultura. Por sua própria natureza, nela estão depositadas as condições que devem assegurar um diálogo constante entre todas as culturas, integrando-as com a cultura nacional, o que exige um conhecimento profundo e

sempre renovado dessa cultura nacional e que se elimine a ilusão de que ela possa estar imune à penetração de outras culturas dominantes. Como no interior de diversas culturas se gestam ideias e concepções diferentes sobre a realidade, a universidade ainda assegurar o princípio do pluralismo, em que abre um espaço para o livre debate dessas ideias e concepções e permite a livre manifestação de pensamento, mesmo dos discordantes das orientações oficiais. Nesta perspectiva, não é aceitável a tese de que se deve limitar a cultura à realidade de um país apenas, caindo num provincianismo e/ou nacionalismo culturais, que se fecham às conquistas mundiais e que têm servido historicamente à tomada de posições retrógradas e reacionárias.

Além disso, não podemos esquecer-nos de destacar que as universidades sempre cultivaram a transmissão do conhecimento acumulado, permanecendo conservadora, tradicional. Com as transformações e inovações na sociedade em relação, principalmente, com o desenvolvimento de tecnologias em que novas exigências foram surgindo, fazendo com que as universidades produzissem conhecimentos em vez de transmiti-los, dando maior importância à pesquisa científica, enriquecendo o ensino na aprendizagem das profissões, no que diz respeito ao saber técnico, científico e intelectual. Diante dessas questões, devemos enfatizar a importância da Formação Humanística que propicie valores éticos e morais, também.

Porém, com as transformações trazidas do capitalismo, houve uma especialização nas áreas do conhecimento, fragmentando-as e, conseqüentemente, tornando-as sem sentido, devido a não-interdisciplinaridade, a não-transdisciplinaridade e a não-multidisciplinaridade. Isso, porque, cada área, cada disciplina se preocupa com a formação específica e técnica para o mercado de trabalho na sociedade contemporânea, sem articulação alguma entre elas, deixando a desejar, assim a Formação Humanística na Universidade.

Convém citar aqui um relato pertinente de Wanderley (2009, p. 154-155):

É sabido que em função das transformações trazidas pela evolução do capitalismo, dentre as quais pode ser lembradas a da *especialização* na divisão social do trabalho, mas não só nela, e da autonomia das esferas da sociedade (economia, política, cultura, família, etc.), houve um contínuo processo de especialização nos campos de conhecimento, e os conseqüentes reatamentos no campo profissional. Daí deriva a enorme fragmentação vigente, e que tende a aumentar, na divisão das áreas do saber contempladas pelos organismos estatais e em funcionamento nas IES. Os cursos disciplinas se multiplicam, muitas vezes sem nenhuma articulação e sem descortinar uma visão de conjunto [...]. Nós distintos níveis de ensino, abundam os cursos à distância, o uso da internet e dos computadores. Em múltiplos cursos são oferecidas disciplinas e estágios que colocam os estudantes inseridos nessas mudanças. Os conteúdos curriculares buscam se atualizar tendo em vista essas transformações. A formação de técnicos e de profissionais se preocupa fundamentalmente em prepará-los e capacitá-los para atender a essas

mudanças, tendo por foco predominantemente dar respostas às exigências postas pelo Mercado. E assim por diante.

Cabe aqui comentar que, atualmente, há uma preocupação em buscar o ensino universitário como unidade, uma visão de conjunto de formação e pesquisa, contemplando nos currículos dos cursos de graduação, intrínsecos aos Projetos políticos-pedagógicos a inserção do diálogo interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar. Porém, esse ideal é colocado em prática por poucas IES, um dos aspectos que verificaremos nessa pesquisa.

O Relatório para a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, nos relata aspectos relevantes quanto à Universidade, como lugar de cultura e de estudo aberto para todos:

Além da tarefa de preparar numerosos jovens para a pesquisa ou para empregos qualificados a universidade deve continuar a ser a fonte capaz de matar a sede de saber dos que, cada vez em maior número, encontram na sua própria curiosidade de espírito o meio de dar sentido à vida. A cultura, tal como a entendemos, inclui todos os domínios do espírito e da imaginação, das ciências mais exatas à poesia. As universidades têm certas particularidades que as tornam locais privilegiados para desempenhar estas funções. Constituem o conservatório vivo do patrimônio da humanidade, patrimônio sem cessar renovado pelo uso que dele fazem professores e pesquisadores. As universidades são geralmente multidisciplinares, o que permite a cada um ultrapassar os limites do seu meio cultural inicial [...]. As Instituições de ensino superior estão extraordinariamente bem colocadas para, explorando o fenômeno da mundialização, sanarem o “déficit de conhecimentos” e enriquecerem o diálogo entre povos e entre culturas (DELORS, 2006, p. 144-145).

Diante dos aspectos da Universidade como lugar de cultura, assim significado pela Comissão, é relevante registrar o que Wanderley (2009, p. 161-163) transcreve sobre a Declaração⁶ Universal da UNESCO sobre a diversidade cultural:

Artigo 1 – A diversidade cultural, patrimônio comum da humanidade: a diversidade cultural é um patrimônio da humanidade e é tão importante quanto outra necessidade básica. Neste sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.

Artigo 2 – Da diversidade cultural ao pluralismo cultural: em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir a interação harmoniosa de pessoas e grupos com diferentes identidades culturais, para que possam viver de forma ao mesmo tempo plural, variada e dinâmica. As políticas culturais que favorecem a inclusão e a

⁶ Segundo Wanderley (2009), esta Declaração foi elaborada na Conferência Geral da UNESCO, em 2 de novembro de 2001.

participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. O pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras que alimentam a vida pública.

Artigo 3 – A diversidade cultural, fator de desenvolvimento: a diversidade cultural amplia o leque de opções disponíveis a todos; é uma das fontes de desenvolvimento, entendido não somente em termos de crescimento econômico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória.

Artigo 4 – Os direitos humanos, garantia de diversidade cultural: a defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade da pessoa humana. Ela pressupõe o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular, os direitos das minorias e os povos autóctones.

Artigo 5 – Os direitos culturais, marco propício da diversidade cultural: os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, que são universais, indissociáveis e interdependentes. Toda pessoa deve poder se expressar criar, difundir suas obras na língua que desejar e, em particular, sua língua materna; toda pessoa tem o direito a uma educação e uma formação de qualidade que respeite plenamente sua identidade cultural; toda pessoa deve poder participar da vida cultural que eleger e exercer suas próprias práticas culturais, dentro dos limites que impõem os direitos humanos e das liberdades fundamentais;

Artigo 6 – Por uma diversidade cultural acessível a todos: a liberdade de expressão, o pluralismo dos meios de comunicação, o multilinguismo, a igualdade de acesso às expressões artísticas, ao saber científico e tecnológico devem estar presentes nos meios de expressão e difusão.

Artigo 7 – Patrimônio cultural, fonte criativa: toda criação tem suas origens nas tradições culturais, mas se desenvolvem plenamente em contato com outras. Esta é a razão pela qual o patrimônio, em todas as suas formas, deve ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como testemunho da experiência e das ambições humanas, a fim de nutrir a criatividade em toda a sua diversidade e instaurar um verdadeiro diálogo entre as culturas.

Artigo 8 – Os bens e serviços culturais, mercadorias distintas: frente às mudanças econômicas e tecnológicas atuais, que abrem vastas perspectivas para a criação e inovação, deve-se prestar atenção particular à diversidade da oferta criativa, a justa consideração dos direitos dos autores e dos artistas, assim como o caráter específico dos bens e serviços culturais, pois, na medida em que são portadores de identidade, valores e sentido, não devem ser considerados como mercadorias ou bens de consumo como os demais.

Artigo 9 – As políticas culturais, catalisadoras da criatividade: as políticas culturais, ao mesmo tempo em que garantem a livre circulação das ideias e das obras, devem criar condições para a produção e difusão de bens e serviços culturais diversificados, por meio de indústrias culturais que disponham de meios para se desenvolver nos planos local e mundial. Cada Estado deve, respeitando suas obrigações internacionais, definir sua política cultural e aplicá-la, utilizando os meios de ação que julgue mais adequado, quer por apoios concretos ou por marcos regulatórios apropriados.

Artigo 10 – Reforçar as capacidades de criação e difusão em escala mundial: faz-se necessário reforçar a cooperação e a solidariedade internacional destinadas a permitir que todos os países estabeleçam

indústrias culturais viáveis e competitivas nos planos nacionais e internacionais.

Artigo 11 – Estabelecer relações de associação entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil: as forças do mercado, por si sós, não podem garantir a preservação e promoção da diversidade cultural, condições de um desenvolvimento humano sustentável. A partir desse ponto de vista, convém fortalecer a função primordial das políticas públicas, em associação com o setor privado e a sociedade civil

Contudo, a Universidade como centro de cultura, ao promover o ensino, a pesquisa e a extensão, deve infundir essas concepções, acima citadas, articulando e integrando todas as áreas do conhecimento, contemplando a “**inter**”, a “**trans**” e a “**multidisciplinaridade**” nos currículos, tornando-os inovadores, capazes de seguir as exigências da sociedade através dos tempos. Assim estará desenvolvendo o espírito crítico em seus alunos, para que sua formação se constitua, realmente, humanística.

Referências

DELORS, Jaques (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2006.

JANOTTI, Aldo. **Origens da Universidade: a singularidade do caso português**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1992.

UNIVERSIDADE HUMBOLDT DE BERLIM. **Histórico**. Disponível em: <http://ec.europa.eu/education/erasmus/documents/success/berlin_pt.pdf>. Acesso em: 18 set. 2012.

_____. **Instituto de Investigação Jurídico Interdisciplinar - Law & Society Institute de Berlim (Berlin LSI)**. Disponível em: <<http://www.hu-berlin.de/>>. Acesso em: 18 set. 2012.

_____. **Associação de Direito e Sociedade**. Disponível em: <<http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/pr/DZBrasiliaArtigos/Antigos/Educacao/190510unihumboldt.html?archive=3214656>>. Acesso em: 18 set. 2012.

UNIVERSIDADE DE BOLONHA. **Nossa História**. Disponível em: <<http://www.unibo.it/Portale/Ateneo/La+nostra+storia/default.htm>>. Acesso em: 18 set. 2012.

UNIVERSIDADE PARIS 1. **Paris, uma Universidade no século XXI**. Disponível em: <<http://www.univ-paris1.fr/universite/presentation/>>. Acesso em: 18 set. 2012.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é Universidade**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos).

_____. Universidade: Educação e Cultura. **Revista Ponto e Vírgula**, n. 6, 2009.
Disponível em: <http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n6/artigos/pdf/pv6-13_luizwanderley.pdf>. Acesso em: 18 set. 2012.